

## Sumário

José Bizerril e Ana Flávia do Amaral Madureira .....

Psicologia & Cultura: uma Introdução ao Debate

	Parte 1
	Teoria
1.	Psicologia cultural-semiótica: aportes para a abordagem científica do desenvolvimento humano na contemporaneidade
	Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira
2.	Cultura e processos afetivo-semióticos na investigação científica do desenvolvimento moral  Angela Uchoa Branco
3.	Os signos são a "pupila" dos olhos ou como a relação sujeito/cultura emerge na semiosfera
	Francisco José Rengifo-Herrera

4.	<ul> <li>Uma introdução à noção de Multiplicação Dialógica</li> </ul>						
para compreensão de processos de construção de							
	conhecimento em psicologia						
	Danilo Silva Guimarães						
5.	Nunca fomos ocidentais: propostas epistêmicas da						
	etnopsiquiatria de Tobie Nathan para a psicologia clínica						
	e sua aplicação em outro ocidente						
	Pedro de Luna Nogueira e José Bizerril						

#### Parte 2

## Pesquisa e Prática Profissional

**6.** Gênero e sexualidade na escola: processos identitários, diversidade e preconceito na perspectiva da psicologia cultural

Ana Flávia do Amaral Madureira, João Mendes Gomes Brasil de Holanda, Luciana Dantas de Paula e Jordana Viana Carvalho Fonseca.....

**7.** Pertencimento étnico-racial e racismo no Brasil: processos identitários, diversidade e preconceito na perspectiva da psicologia cultural

Ana Flávia do Amaral Madureira, Ana Luiza Cruz Sá Barreto, Márcia Regina Gomes da Silva e Míria de Amorim Bastianello.

**8.** Atuação do(a) psicólogo(a) na política de assistência social: desafios enfrentados e práticas emergentes *Tatiana Yokoy*......

9.	Reflexões sobre a formação de profissionais do campo			
	da saúde mental: interdisciplinaridade e convivência			
	Tania Inessa Martins de Resende			
10.	Os desafios da nova institucionalização nos serviços substitutivos de saúde mental: um estudo de caso Daniel Magalhães Goulart e Fernando González Rey			
11.	Arte e convivência: uma experiência de construção do cuidado em um serviço de saúde mental  Juliana Garcia Pacheco			
Sob	ore os(as) autores(as)			



# Psicologia & Cultura: uma introdução ao debate

Os capítulos que compõem a presente coletânea tocam, com suas temáticas, de modo direto ou indireto, a necessidade de integrar o conceito de cultura, e suas implicações, ao pensamento psicológico. Nesse processo, estamos diante de um debate implícito acerca das diversas possibilidades de trânsitos e diálogos entre a psicologia e as ciências sociais.

Considerando a questão de forma mais panorâmica, diríamos que há dois eixos principais para mapear o campo que essa discussão abarca: o debate inter ou transdisciplinar contemporâneo e o discurso da exclusividade das disciplinas científicas supostamente autossuficientes. Sem adentrar em uma análise histórica pormenorizada, há alguns aspectos a considerar no que diz respeito à gênese de nossas disciplinas no século XIX.

Em que consiste um ser humano? Há várias dimensões a serem levadas em consideração: a vida coletiva, a condição biológica como ser vivo, as relações com o ambiente, a linguagem, a organização da experiência subjetiva a partir da capacidade de simbolização. Resumindo de uma forma simplificada o problema, as jovens ciências do século XIX realizaram uma divisão do trabalho intelectual que fracionou o ser humano nesses diversos aspectos que o compõem, tornados

campos exclusivos de investigação, sobre os quais se desenvolveram arcabouços teóricos e estratégias metodológicas específicas e definidoras de um campo disciplinar delimitado.

Embora grandes expoentes de cada uma das disciplinas dialogassem entre si sobre questões mais complexas que escapavam ao escopo disciplinar, a vida institucionalizada do conhecimento disciplinar transcorreu, inclusive, durante boa parte do século XX, como se fosse possível ter uma compreensão total dos complexos fenômenos humanos, levando em consideração fundamentalmente apenas uma ou duas de suas dimensões constitutivas. Ou, por outro lado, considerando que a temática de que se ocupava determinada disciplina científica era o elemento central na compreensão de ser humano. Assim, para a biologia e a medicina, foi a dimensão orgânica da espécie humana o aspecto central; para a sociologia, a estrutura e as relações sociais; para a antropologia cultural, a cultura; para a psicologia, a vida psíquica, o comportamento, a cognição ou qualquer outro tema que uma das vertentes da disciplina tenha escolhido para definir sua tarefa; para a geografia, o espaço geográfico; para a história, as transformações das sociedades no tempo; para a linguística, a linguagem; e assim sucessivamente.

Retomando aqui os clássicos argumentos do antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1989, 2001), seria mais produtivo compreender o ser humano simultaneamente na totalidade de seus aspectos constitutivos. Ou seja, por meio de uma concepção sintética, na qual cultura, mente e cérebro são interdependentes e indissociáveis, em vez de continuar a conceber o ser humano a partir de uma concepção estratigráfica, que o divide em camadas ou fatias, que poderiam ser separadas para se tornar o domínio exclusivo de disciplinas separadas. Pois todos esses aspectos estão, simultaneamente, implicados em cada situação das vidas das pessoas concretas. Afinal, como o autor afirma: "[...] Nosso cérebro não se encontra num tonel, mas em nosso corpo. Nossa mente não se encontra em nosso corpo, mas no mundo. [...]" (Geertz, 2001, p. 181).

Essa constatação pode nos levar à conclusão de que as diversas disciplinas científicas, que tiveram uma relação de segregação no passado, precisam refazer um território comum para dialogar sobre os fenômenos, como nos debates inter e transdisciplinares. Obviamente, tais diálogos são permeados tanto por impasses e dificuldades, como por encontros criativos e férteis.

Paralelamente às tentativas de diálogos, de entrecruzamentos e de superação das limitações impostas por fronteiras disciplinares rígidas, também ocorreram outras tentativas, mais totalitárias ou imperialistas por assim dizer, como o programa da sociobiologia e seus desdobramentos, como a psicologia evolutiva, que negaram a divisão a favor da hegemonia de uma teoria disciplinar específica. No caso, uma combinação de seleção natural, genética do comportamento e neurociência, que poderia, em princípio, "explicar todos os fenômenos" e com isso dispensar o aporte de outras disciplinas, como a psicologia, a história, as ciências sociais ou mesmo a filosofia, pois tudo se reduziria a determinantes biológicos. Um ledo engano, ancorado em uma concepção biológica bastante reducionista.

No outro lado do espectro, consideramos também que a redução de tudo a um determinismo cultural, sociológico ou psíquico, tampouco é produtiva. No caso específico da psicologia, a naturalização da ideologia individualista levou ao equívoco do psicologismo: a redução de todos os fenômenos aos processos psicológicos individuais. Isso fundamentou, dentro da psicologia, uma concepção disciplinar simplista que descartou os benefícios dos diálogos interdisciplinares e até os considerou ameaçadores para a identidade disciplinar.

Se compreendermos que a própria oposição entre indivíduo e sociedade é um recorte arbitrário (Ingold et al., 1996) e historicamente situado, que deu origem à oposição clássica entre a psicologia, como ciência do indivíduo, e as ciências sociais, como ciências do coletivo, já descrita por Mauss (1950/2003) em uma conferência realizada em 1924 para a Sociedade Francesa de Psicologia, propondo o diálogo e as mútuas contribuições que as disciplinas poderiam se oferecer. Quando esse divisão é rígida e excludente, precisa ser repensada, visto

que os dois campos compõem um espectro. Não é possível, portanto, a constituição da psique individual fora da vida social e sem a utilização cotidiana dos símbolos culturais, assim como não é possível a reprodução social sem inúmeras decisões individuais (Segato, 2003).

Além disso, afirmar a natureza cultural do ser humano, como é enfatizado por Geertz (1989, 2001), mencionado previamente, deve incluir que ela só é possível em função da evolução biológica da espécie, particularmente devido à complexidade cerebral, de modo que as ciências biológicas precisam também ser incluídas no debate. Uma compreensão reducionista do ser humano induz a vários enganos e à desconsideração de dimensões significativas dos fenômenos investigados.

Em suma, os capítulos que compõem a presente obra são perpassados por esta tese central: a psicologia, como ciência e campo de atuação profissional, deve considerar seriamente a natureza cultural do ser humano. Em última instância, consideramos que qualquer forma de determinismo é uma estratégia simplista que substitui as irregularidades da vida real pelas regularidades abstratas do modelo teórico adotado.

Naqueles casos em que vozes dentro da psicologia buscam construir possibilidades de diálogo com as ciências sociais para romper com o psicologismo, com a limitação excessiva na compreensão dos fenômenos de forma restrita às questões estritamente individuais, um dos riscos é, justamente, o problema do "transplante" acrítico das teorias sociais para os debates no campo da psicologia. Quando afirmamos que uma questão se situa 'na cultura' ou 'no social', concebidos como totalidade homogênea e determinante, ignoramos debates que, no interior das ciências sociais, têm questionado, desde os anos 80 do século XX, as ideias de consenso e homogeneidade dos significados no interior de uma cultura ou sociedade (como é discutido, por exemplo, por Barth, em um artigo de 1989, publicado em português em 2000) ou mais recentemente, a ideia de social como força ou substância (Latour, 2005). Quanto mais complexa uma cultura, maior o número de variações possivelmente conflitivas disponíveis simultaneamente.

A tentativa de apropriação do conceito de cultura (ou de sociedade), no âmbito da ciência psicológica, precisa ser amparada na familiaridade com alguns debates centrais sobre esses conceitos no interior das ciências sociais. É preciso uma contínua problematização acerca do que é cultura e do que é sociedade, e quais as implicações desses conceitos para pensarmos, de forma mais aprofundada, os fenômenos psicológicos. Particularmente, é relevante estarmos atentos(as) ao fato que as disputas, as dissidências, as hierarquias e os conflitos de interesse são constitutivos de qualquer processo coletivo, sistema simbólico ou instituição social.

Aqui caberia uma breve distinção entre os dois conceitos, fundamentalmente em benefício de leitores e leitoras com formação predominantemente 'psi'. Falar em cultura remete a um sistema simbólico de referência que norteia a produção de significados coletivos. O que é importante sublinhar aqui é que não há um consenso *a priori* entre as pessoas que compartilham uma ou mais culturas, pois os símbolos culturais são marcados pela polissemia e, portanto, pelo conflito acerca da interpretação legítima. Já falar em sociedade remete ao debate sobre o laço social, remete àquilo que propicia a continuidade de relações e instituições sociais. Mais uma vez, a sociedade como consenso de interesses é uma idealização que cumpre uma função política, visto que no interior de qualquer coletivo há conflitos de interesses, disputas de poder e um grau maior ou menor de desigualdade.

Um dos possíveis ganhos de um contato crítico entre a psicologia e as chamadas áreas afins é uma sensibilidade maior aos usos e aos efeitos do conhecimento psicológico, particularmente na atuação profissional. Por sinal, um saudável "antídoto" contra o tecnicismo apolítico na profissão, que não atenta para as implicações sociais do fazer psicológico. Nesse sentido, o alerta de Rose (2011) acerca do papel da psicologia como tecnologia de governo das subjetividades nas sociedades democráticas precisa ser levado a sério.

Não só os diálogos do passado entre diferentes disciplinas científicas precisam ser lidos sem uma reverência sacramental a seus/suas autores/as, mas apenas com o devido respeito às suas contribuições

historicamente situadas, é preciso também estar atento/a às novas configurações do mundo contemporâneo que se articulam a novos modos de subjetivação e, inclusive, de sofrimento psíquico.

Se voltarmos o nosso olhar momentaneamente para o passado, um dos autores mais importantes na história da psicologia moderna, o alemão Wilhelm Wundt (1832-1920), no final do século XIX, já concebia a psicologia como uma ciência:

[...] intermediária entre as ciências da natureza e as ciências da cultura. [...] Ou seja, desde o seu início, o lugar da psicologia entre as ciências é um tanto incerto, e um dos méritos de Wundt foi o de conceber a psicologia nessa posição intermediária (Figueiredo & Santi, 2011, p. 61).

Na direção da concepção defendida por Wundt, a psicologia está situada em um espaço fronteiriço entre as demais ciências. Nesse sentido, não compactuamos com a concepção, bastante difundida no decorrer do século XX, de que a psicologia é uma ciência situada no campo das ciências biológicas. Em termos metafóricos, tal concepção acaba por inibir os esforços intelectuais na direção da construção de "pontes" significativas entre a psicologia e as ciências sociais. Erguendo, portanto, uma espécie de "muro" que dificulta (e muito) o desenvolvimento de discussões consistentes e teoricamente fundamentadas acerca das articulações entre cultura e psiquismo humano.

Além disso, cabe mencionar que a psicologia é perpassada por uma espécie de "hibridismo identitário". Em outras palavras, a psicologia é uma ciência humana, já que está situada no vasto campo das disciplinas científicas dedicadas ao estudo do ser humano. Ao mesmo tempo, a psicologia é, também, uma ciência da saúde, pois, em termos de atuação profissional, um dos seus compromissos éticos centrais corresponde, justamente, à promoção da saúde e do bem-estar das pessoas. Nesse sentido, é importante destacar que, de acordo com o Artigo II dos Princípios Fundamentais do *Código de Ética Profissional do Psicólogo*: "O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a

qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (Brasil, 2005).

Nesse sentido, cabe questionarmos: como os/as psicólogos/as poderão desenvolver ações efetivas, na direção da promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas e das coletividades, sem desenvolver a capacidade reflexiva necessária para articular: (a) análises e interpretações, teoricamente fundamentadas, acerca dos fenômenos psicológicos; e (b) os contextos culturais em que as pessoas concretas estão inseridas?

Se voltarmos o nosso olhar para o presente, estamos vivenciando na contemporaneidade um período histórico em que um quadro sistêmico gerador de sofrimento tem sido constantemente reforçado nas práticas cotidianas. Tal quadro, inclusive, tem gerado lucros significativos por parte da indústria farmacêutica, inclusive com a geração de uma verdadeira "subjetividade farmacêutica" (Jenkins, 2011) que se pensa e se constitui por meio de psicofármacos. Como a psicologia, na qualidade de ciência e campo de atuação profissional, pode contribuir com o enfrentamento efetivo desse quadro sem desenvolver uma compreensão mais aprofundada acerca dos mecanismos sociais e culturais geradores de sofrimento psíquico?

Compartilhamos, portanto, a convicção de que investir na incorporação efetiva do conceito de cultura na psicologia é estratégico, não apenas em termos teóricos ou em termos de pesquisas empíricas, mas também no que tange à atuação profissional. Nesse sentido, é fundamental que a psicologia promova discussões mais aprofundadas sobre os processos de significação e a constituição da subjetividade, de forma culturalmente contextualizada e eticamente comprometida com a promoção da saúde das pessoas nos diversos espaços sociais em que se encontram inseridas. E que, além disso, a psicologia possa estar cada vez mais atenta a processos e forças sociais que participam da constituição dos processos subjetivos e, particularmente, do sofrimento psíquico, como mencionamos anteriormente.

Em linhas gerais, os diversos capítulos que integram a presente obra buscam, de diferentes formas, estimular discussões e reflexões críticas sobre a relevância de incorporarmos o conceito de cultura na psicologia, como ciência e campo de atuação profissional. De maneira mais específica, a primeira parte do livro contempla capítulos que focalizam questões teórico-conceituais no que se refere às relações entre psicologia e cultura.

Os capítulos que integram a "Parte 1: Teoria" transitam entre diversas questões teórico-conceituais relevantes. Por exemplo, as relações entre cultura e desenvolvimento psicológico humano, a partir de um "olhar" histórico e epistemológico; processos afetivo-semióticos nas pesquisas acerca do desenvolvimento moral de forma culturalmente contextualizada; contribuições teórico-conceituais: (a) da semiótica, como ciência formal, no estudo da relação entre sujeito e cultura; (b) da perspectiva dialógica na construção de novos conhecimentos no âmbito da ciência psicológica; e (c) da etnopsiquiatria de Tobie Nathan no campo da psicologia clínica.

Os capítulos que integram a "Parte 2: Pesquisa e Prática Profissional" focalizam as relações entre psicologia e cultura nos âmbitos da pesquisa e da atuação profissional, especialmente no que se refere ao campo da saúde mental. Tais capítulos transitam entre diversas questões importantes. Por exemplo, a problemática preocupante da reprodução cotidiana do sexismo, da LGBTfobia e do racismo nas escolas brasileiras; os desafios enfrentados pelos(as) psicólogos(as) no campo da política de assistência social em nosso país; reflexões sobre questões relativas: (a) à formação de profissionais que irão atuar no campo da saúde mental; (b) aos desafios envolvidos no processo de institucionalização nos serviços substitutivos de saúde mental; e (c) às possibilidades de diálogo entre arte e convivência no contexto de um serviço de saúde mental no Distrito Federal.

Cabe esclarecer que o foco do livro não é uma área específica de atuação profissional em psicologia (a área de saúde mental), mas sim explorar a importância fundamental das articulações entre psicologia e cultura, no que se refere à discussão teórica e à realização de pesquisas

empíricas, bem como no âmbito das práticas profissionais. Ou seja, a área de saúde mental é, nesse sentido, um exemplo ilustrativo em termos de práticas profissionais, mas não o foco do livro.

A presente obra é voltada aos(às) psicólogos(as), estudantes dos cursos de pós-graduação em psicologia e, especialmente, aos(às) estudantes dos cursos de graduação em psicologia, na medida em que torna mais acessíveis discussões atualizadas acerca da relevância de análises culturalmente contextualizadas sobre os fenômenos psicológicos. Discussões, muitas vezes, acessíveis apenas em artigos e livros publicados em outros idiomas. Acreditamos que ampliar o acesso a tais discussões é de fundamental importância na atuação profissional em psicologia, nos seus mais diversos campos e, portanto, é imprescindível na formação da nova geração de psicólogos(as).

Acreditamos que só avançaremos, de modo efetivo, no que se refere ao compromisso social da psicologia em nosso país — tão marcado por inúmeras desigualdades, por uma forte tradição autoritária e excludente — com uma compreensão mais crítica e reflexiva acerca das profundas conexões entre cultura e psiquismo humano. Tal compreensão é estratégica na superação de "leituras intrapsíquicas" desconectadas da realidade social e política brasileira. Em tempos de expansão dos discursos de ódio e de intolerância, de expansão do autoritarismo e do obscurantismo, que possamos avançar, juntos(as), na construção de uma psicologia culturalmente contextualizada e eticamente comprometida com a promoção da saúde e com o respeito aos direitos humanos. A presente obra é uma aposta nessa direção... Boa leitura!

Ana Flávia do Amaral Madureira e José Bizerril Brasília — DF, fevereiro de 2020.

### Referências

Barth, F (2000). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa.

- Brasil (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Figueiredo, L. C. M. & Santi, P. L. R. (2011). *Psicologia: Uma (nova) introdução*. São Paulo: Educ.
- Geertz, C. (1989). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Geertz, C. (2001). Nova luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ingold, T., Strathern, M., Peel, J. D. Y., Tore, C., & Spencer, J. (1996). The concept of society is theoretically obsolete. In T. Ingold (Ed.), *Key debates in Anthropology* (pp. 45-80). London: Routledge.
- Jenkins, J. H. (2011). Psychopharmaceutical self and imaginary in the social field of psychiatric treatment. In J. H. Jenkins (Ed.), *Pharmaceutical self: The global shaping of experience in an age of psychopharmacology* (pp. 17-40). Santa Fe: SAR Press.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- Mauss. M. (1950/2003). Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify.
- Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Vozes.
- Segato, R. L. (2003). Las estructuras elementales de la violencia: Ensayos sobre género entre la antropología, el psiconanálisis y los derechos humanos. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes.